

Câncer de mama: manifestação cobra acesso a tratamento aprovado no SUS

Meta é facilitar medicações aos pacientes

Paula Laboissière – Repórter da Agência Brasil

Pacientes oncológicas e representantes da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) realizam nesta quarta-feira (9) manifestação, em frente ao Ministério da Saúde, em Brasília, em prol do acesso a tratamentos para a doença em estágio avançado e metastático via Sistema Único de Saúde (SUS) já aprovados, mas ainda não disponibilizados.

O objetivo, segundo a Coordenadora de comunicação da Femama, Mely Paredes, é sensibilizar a pasta a promover o acesso a medicamentos que já constam no Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do câncer de mama, conhecido como PCDT Rosa, publicado em dezembro do ano passado.

“A função desse protocolo, a razão dele existir é que ele padroniza e regulamenta todas as linhas de cuidado do câncer de mama, com todas as medicações de cada linha de tratamento. A gente tinha medicações que tinham sido incorporadas em 2021 e 2022 para câncer de mama metastático e avançado que não eram disponibilizadas para os pacientes porque não tinha regulamentação”, explicou Mely.

A mobilização desta quarta-feira faz parte da campanha PCDT Rosa: quantos passos faltam?, que faz alusão à caminhada pelo acesso ao tratamento para câncer de mama, colocando em passos dados o tempo de aprovação e a disponibilização das terapias na rede pública.

“Em 5 de junho deste ano, completaram-se seis meses da publicação do documento e o acesso às medicações para tratamento de câncer de mama avançado e metastático ainda não acontece. O que acontece com essas pacientes? Não é que elas ficam sem tratamento. Elas recebem os tratamentos disponíveis dentro dos centros de saúde, mas que não são os mais adequados.”

Entenda

O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de câncer de mama, aprovado em dezembro de 2024, tem como objetivo otimizar o acesso ao diagnóstico e ao tratamento da doença no SUS, padronizando o cuidado e regulamentando a disponibilização de terapias.

Segundo a Femama, apesar da aprovação do documento, grande parte das mulheres com câncer de mama avançado e metastático em jornada oncológica na rede pública não têm acesso aos novos medicamentos incorporados, o que reduz a qualidade de vida e mesmo a taxa de sobrevida.

“Partindo da compreensão de que os marcos legais são apenas o início do percurso percorrido rumo ao pleno acesso ao diagnóstico precoce e tratamento adequado, a iniciativa da Femama destaca que a efetividade de uma política pública reside na disponibilização integral ao paciente de tudo aquilo que a regulamentação estabelece.”

Medicamentos

Em 2021 e 2022, duas portarias oficializaram a incorporação de inibidores de ciclina e da medicação trastuzumabe entansina no SUS. Para a Femama, os documentos representam os primeiros passos de uma longa caminhada. A partir das publicações, a entidade organizou a campanha PCDT Rosa: quantos passos faltam?, que remete a um percurso, similar aos aplicativos de caminhada e corrida, para mostrar o quanto já se caminhou desde a incorporação dos tratamentos.

Números

Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) indicam que são esperados cerca de 74 mil novos casos anuais de câncer de mama no Brasil. A Femama destaca ainda que cerca de 75% da população brasileira, atualmente, depende exclusivamente do SUS.

“Ao se considerar que uma pessoa saudável caminha cerca de 7 mil passos por dia e que essa caminhada teve início em 2021, mais de 8,9 milhões de passos foram dados até o marco dos seis meses da publicação do PCDT, em junho de 2025, sem que a disponibilização igualitária dos novos medicamentos para as pacientes fosse uma realidade.”

Histórias

Cintia Cerqueira, 49 anos, trabalhava com confeitoria e artesanato até receber, em 2018, o diagnóstico de câncer de mama. No ano seguinte, a doença já havia atingido os ossos e o cérebro. Ao longo dos últimos sete anos, portanto, ela convive com um quadro de metástase – quando células cancerígenas se espalham de um tumor primário para outras partes do corpo, formando novos tumores em locais distantes.

Durante o período, Cintia passou por um total de três craniotomias, além de sessões de radioterapia na lombar e no fêmur. Para ter acesso aos medicamentos considerados mais adequados para o seu quadro, precisou acionar a Justiça. Ainda assim, passou cerca de oito meses aguardando para receber o tratamento indicado pelo oncologista.

"Eles cuidam daqueles que têm chance de ser curado, mas não cuidam dos que não têm chance de cura. Antes, eu não andava. Ficava mais deitada, não dava conta de varrer uma casa. Hoje, eu ando. Mudou minha vida completamente. A qualidade é outra. Tudo por causa da medicação", contou.

"Dói mais que o câncer saber que existe um medicamento que pode te dar vida, mas que você não tem acesso. O que a gente quer é o mesmo direito que quem tem um câncer primário tem. Não porque somos melhores, mas porque não temos tempo pra esperar. Nossa luta é diária pra que os medicamentos sejam liberados."

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-07/cancer-de-mama-manifestacao-cobra-acesso-tratamento-aprovado-no-sus>

Veículo: Online -> Agência de Notícias -> Agência de Notícias - Agência Brasil EBC